

Governo espera mobilização cincoanista a partir de hoje



Adolpho de Oliveira (esq.) e Cabral (dir.), em frente à casa de Ulysses, onde discutiram as Disposições Transitórias

Luiz Novaes

Do enviado especial a Brasília e da Sucursal de Brasília

Os coordenadores políticos do governo esperam que pelo menos 80% dos parlamentares cincoanistas — estimados entre 310 e 320 senadores e deputados — já estejam hoje em Brasília para garantir a mobilização em torno da aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Em reunião hoje às 12h no Palácio do Planalto com o presidente José Sarney, ministros e outras lideranças governistas, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, deverá levar os números da vitória do mandato de cinco anos, segundo afirmou ontem. Sant'Anna disse também que a votação deve ocorrer amanhã.



“Não posso trabalhar com outra perspectiva de votação que não seja quarta-feira”, disse. Ele encontrou respaldo para isto depois de ter conversado ontem, por telefone, com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte e do PMDB. Ulysses teria lhe dito que o capítulo “Dos Índios”, que antecede a votação das Disposições Transitórias (onde está incluído o mandato presidencial), será posto em votação no máximo no final da tarde de hoje. Apesar da expectativa de

Sant'Anna, colaboradores do presidente não descartam a possibilidade de que a votação possa ser adiada para a semana que vem. Eles dizem que tudo vai depender da aprovação do substitutivo do Centrão para as Disposições Transitórias. Só depois dessa aprovação é que o plenário do Congresso constituinte vai apreciar a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que fixa em cinco anos o mandato do atual presidente.

Caso os governistas não consigam aprovar o texto do Centrão, eles vão negar apoio ao texto das Disposições Transitórias redigido pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Essa manobra vai jogar a definição do mandato para depois da viagem do presidente aos Estados Unidos, na próxima semana. No dia 7, em Nova York, Sarney falará diante da Comissão de Desarmamento da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mobilização

A reunião no Planalto tem o objetivo de verificar o grau de mobilização que já existe no Congresso para a fixação do mandato em cinco anos. Deverão participar, entre outros, os líderes do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), e na Câmara, José Lourenço (BA), o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), os ministros Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente), Antônio Carlos Magalhães (Comunica-

ções), Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Ivan de Souza Mendes (SNI), o chefe da assessoria especial do presidente, ex-deputado Thales Ramalho, e o subchefe do Gabinete Civil para assuntos parlamentares, Henrique Hargreaves.

“Os prognósticos são mais que otimistas” para a votação, disse Sant'Anna, quando confirmava, por telefone, a presença de mais de 310 cincoanistas a partir das 17h de hoje no plenário — 30 votos a mais do que o necessário para a aprovação.

Sant'Anna afirmou que “a oposição tentará a obstrução até um certo momento, mas o processo é irreversível”. Segundo ele, Ulysses lhe garantiu “implicitamente” que a ordem de votação das Disposições Transitórias obedecerá o procedimento costumeiro dos outros títulos: em primeiro lugar, o plenário vota a emenda substitutiva do Centrão; se rejeitada, vota o texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Embora não tenha recebido nenhum sinal do grupo do senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte, o deputado Carlos Sant'Anna disse não acreditar que ele levante dificuldades regimentais para a votação das Disposições Transitórias. Na última semana, Covas defendeu que a votação fosse feita artigo por artigo, não aceitando votar o substitutivo global do Centrão. “Covas não é homem de querer ganhar na manobra regimental. Ele não foge do mérito da questão”, disse.

Gerson Camata 'trabalha' o voto de Rita

Da Sucursal de Brasília

A unanimidade pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney entre os constituintes ouvidos pela Folha no aeroporto de Brasília até as 18h do feriado de ontem só foi quebrada pela deputada Rita Camata (PMDB-ES), que desembarcou com a filha Enza Rafaela no colo. “Só no dia da votação você vai ficar sabendo”, esquivou-se a constituinte, com um sorriso, afastando-se depois de se desculpar: “Tá meio complicado.”

Bem atrás, vinha o marido de

Rita, o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que normalmente vota nas teses consideradas mais conservadoras. “Minha posição pelos cinco anos é antiga”, afirmou, acrescentando com um ar de mistério: “Rita está em transição para os cinco. Estou trabalhando.”

Emenda Iensen

Depois de desembarcarem os deputados cincoanistas Renato Bernardi (PMDB-PR), Jesus Tajra (PFL-PI), Costa Ferreira (PFL-PI) e Amaral Netto (PDS-RJ), chegou também o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda cin-

coanista que irá a voto depois de (e se) aprovado o substitutivo do Centrão para as Disposições Transitórias. A emenda de Iensen tem a preferência para a votação por ter obtido 317 assinaturas de apoio.

Dizendo-se “confiante” na aprovação de sua emenda, o evangélico Iensen apenas não crê no voto da deputada Rita Camata. “Ela sempre votou contra a ‘turma’ dos cinco anos”, queixou-se.

A maioria dos constituintes que passou o feriado fora da capital federal deve retornar hoje a Brasília.

Governo se divide sobre ação pós-mandato

ROBERTO LOPES

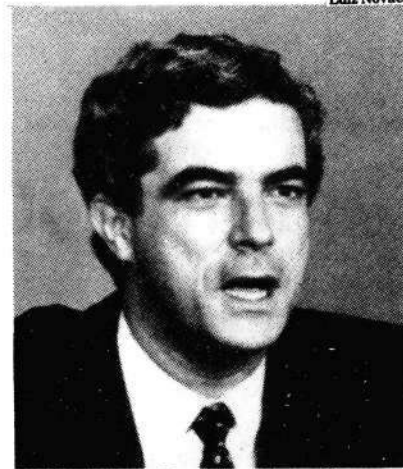
Enviado especial a Brasília

O governo está dividido sobre o que fazer com sua influência política, depois que os constituintes votarem o mandato do presidente José Sarney. Lideranças governistas como o senador Marcondes Gadelha — líder do PFL no Senado — acham que o Palácio do Planalto deveria se retirar dos debates sobre as Disposições Transitórias da nova Carta, a fim de se recuperar do desgaste decorrente do esforço pela aprovação dos cinco anos. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, é contra isso.

Ele e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, querem que o governo procure evitar a aprovação de emendas ao Ato das Disposições Transitórias, como as do deputado Humberto Souto (PFL-MG), que propõe a anistia das dívidas contraiadas por microempresários, pequenos e médios produtores rurais até 31 de dezembro passado, e do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que quer o perdão das dívidas de todos os municípios e entidades sem fins lucrativos do país, referentes a contribuições previdenciárias, que existiam até o fim de 87.

“Fim ao desgaste”

“Qual o problema de nós anistarmos dez milhões de microempresários?”, pergunta Gadelha, “está na hora de o governo capitalizar alguma coisa, pôr fim ao desgaste. O governo pode dar uma solução contábil qualquer a esses recursos que não vão entrar, não pode? Pode. Então pronto.” O líder do PFL se diz preocupado com a possibilidade do Planalto criar mais arestas durante a votação das Disposições Transitórias. “Essa questão do desmembramento de Minas Gerais para a criação do Estado do Triângulo, por exemplo, nós não temos nada a ver com isso. Nós temos aliados entre os que não querem o desmembramento, como o governador (de Minas) Newton Cardoso, mas também temos amigos entre os separatistas, como o Homero Santos (PFL-MG), o Raul Belém (PMDB-MG) e o Virgílio Galassi (PDS-MG). Para que vamos nos meter nisso?”



O ministro Ronaldo Costa Couto



O senador Marcondes Gadelha

Gadelha acha que não é hora do governo fazer novos adversários políticos no Congresso constituinte, porque vai precisar de todos os parlamentares que puder reunir para o segundo turno de votação da nova Carta — onde só serão permitidas emendas supressivas ao texto aprovado em plenário — quando será impossível para o Planalto manter uma atitude inteiramente passiva diante de assuntos como o do esvaziamento de sua arrecadação, e de certos pontos do capítulo da Ordem Econômica (especialmente os que dizem respeito à liberalização das greves e à jornada de trabalho).

Lobby inferior

Mas o afastamento do Planalto dos temas mais polêmicos da Constituição assusta algumas lideranças importantes do Congresso, como, por exemplo, o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho. “Eu acho que já ficou suficientemente provado que o lobby da indústria é muitíssimo inferior ao da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Eu não entendo como é que o governo pode se alhear dos trabalhos da Constituição.”

Passarinho diz que não opina em combinação com o lado do governo que defende a manutenção da influência do Planalto nos trabalhos para a nova Carta. “Como é que o governo vai assistir passivamente a aprovação de certos pontos, se o Renato Archer diz que a Previdência não tem condições de arcar com

alguns gastos que estão sendo definidos pela Constituinte? Se isso é verdade, daqui a pouco o governo mesmo vai ter que aumentar as alíquotas de contribuição, para fazer face às despesas, e aí o desgaste virá da mesma maneira, ou até maior”, diz o senador.

Dias atrás, durante um debate no Senado, o presidente do PDS interveio aos gritos quando o senador Gadelha disse que não cabe ao governo ficar interferindo nos debates da Constituinte. “Ele (Passarinho) berrou tanto que eu, que estava sentado, imediatamente me levantei. Acho que foi o susto”, comentou ontem, sorrindo, o líder do PFL.

Cordeiro propõe incentivos a empresas que desenvolvam ciência e tecnologia

Da Sucursal de Brasília

O capítulo da Ciência e Tecnologia produzido pelo plenário do Congresso constituinte definiu as diretrizes para uma política de desenvolvimento no setor, mas cabe agora à legislação ordinária garantir os meios práticos. “É preciso que a lei estimule as empresas que desenvolvam ciência e tecnologia”, afirma, por exemplo, o deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), 1º secretário do Congresso constituinte e um dos participantes do acordo que levou à rápida formulação do texto.

Na área privada, Cordeiro aponta os incentivos fiscais como um dos estímulos, desde que “vinculados a resultados concretos”. Outra possibilidade é a reserva de mercado. “É um instrumento para a política de desenvolvimento”, diz o deputado. “Todo país tem que ter.”

O texto aprovado garante a base jurídica para a implantação de reservas de mercado em ciência e tecnologia ao classificar o mercado interno como “patrimônio nacional” a ser protegido pelo Estado. Além deste, o poder público tem papéis específicos, na opinião de Cordeiro: estabelecer os objetivos do setor e dirigir recursos oficiais para instituições públicas de ensino e pesquisa, especialmente universidades.

A própria existência do capítulo permitirá maior atenção ao setor no Brasil. Na atual Constituição, o tema é tratado rapidamente no parágrafo único do artigo 179: “O Poder Público incentivará a pesquisa e o ensino científico e tecnológico.” Segundo Cordeiro, a nova redação — “mais abrangente” — evita que “decisões arbitrárias de governantes” desordenem o desenvolvimento tecnológico brasileiro.

“O capítulo incluído na Constituição revela uma tomada de consciência sobre a importância estratégica desta área”, afirma o 1º secretário do Congresso constituinte.

O fato de o texto priorizar a solução dos problemas nacionais a proteção do mercado interno não deve ser confundido, segundo o deputado, com xenofobia. “É possível o Brasil se relacionar com o processo mundial”, diz Cordeiro.

“Hoje, a mundialização é absoluta e não podemos fechar nossas portas”, acrescenta. Ele cita o exemplo da integração europeia a ser efetivada em 1992, ressaltando, por outro lado, que cada um dos países envolvidos promove iniciativas próprias de desenvolvimento. “Não haveria identificação se os países fossem fracos”, comenta Cordeiro, para quem o Brasil deixará de

participar de forma passiva do mercado internacional, seguindo “o modelo implantado em 1964”. O texto, ainda de acordo com o deputado, dará ao país “mecanismos de soberania e influência”.

Trabalhadores

A nova Constituição trata especificamente do trabalhador diante do desenvolvimento tecnológico, determinando que o apoio às empresas estará vinculado ao desenvolvimento de recursos humanos e remuneração pelo aumento real da produtividade. “O desenvolvimento tecnológico deve beneficiar o trabalhador”, afirma Cordeiro. O desafio fica para a legislação ordinária, aliada à determinação do poder público. A Carta de 1946 e, depois a de 67, especificam a participação do trabalhador nos lucros das empresas, mas esta norma geral aguarda até hoje sua regulamentação.

Aprovado o capítulo da Ciência e Tecnologia, o deputado da Bahia acredita que surgem condições para que o mercado interno brasileiro perca a característica de simples compra e venda e passe a funcionar como um instrumento de desenvolvimento nacional. “Vamos proteger nossa galinha dos ovos de ouro”, sorri Cordeiro. (Andrew Greenlees)

FAZENDA VALE DO SOL
RESERVAS
 Chalés Hotel
Fazenda VALE DO SOL
 SERRA NEGRA
 0192-92-3500
 SP-257-3955
 FÉRIAS - LUA DE MEL
 FINS DE SEMANA